

CORREIO BRAZILIENSE

Estado de bem e mal-estar

Falando da Granja do Torto, em Brasília, o presidente Fernando Henrique preocupou-se em responder ou comentar críticas e apreciações feitas às ações governamentais. Quase todo o discurso teve esse sentido, a ponto de sombrear os programas sociais, a que pretendia dar relevo. E por vezes revelou certa inconformidade com as observações publicadas. Assinalou, mesmo, que há "reservas" originárias do Congresso Nacional indicativas de "mentalidade antiga". E essa mentalidade aprova as propostas do Executivo.



POR
JOSAPHAT
MARINHO

Ora, na democracia, a crítica sem aze-dume é forma de despertar os governos para correções oportunas. Não deve julgar o governante que a sua diretriz é a certa, ou a única admissível. A humildade e a tolerância são forças convincentes no livre debate. Quem cede em nome do interesse público ou social, aumenta as possibilidades de conquistar o apoio coletivo. O homem comum não estima ouvir sempre advertência. Ao contrário, sente-se mais cidadão quando o governante reflete sobre as ponderações da sociedade, ou, mesmo, as aceita. Afinal, o governo e a administração se organizam para servir a coletividade. É natural, portanto, que a ouça, e lhe reflita as

idéias. A história registra, com fatura, diretrizes oficiais que não coincidem com o sentimento do povo. Daí as distâncias entre dirigentes e dirigidos, e não raro as rebeldias populares.

A fala presidencial acentuou, por exemplo, que o governo vem desenvolvendo grande esforço para superar o presente

"estado de mal-estar social". Sem dúvida, esse "estado de mal-estar social" é objeto de condenação de toda gente. O governo, porém, não há de apresentá-lo como se lhe fosse estranho, ou nele não tivesse responsabilidade. Esse quadro de injustiça social é consequência, sobretudo, das concessões de governantes aos detentores do poder econômico e seus privilégios. Convenha, pois, o ilustre presidente. Se oito anos decorridos de seu governo, em dois mandatos, ainda tenta vencer essa situação, é porque há muito erro acumulado, ou bastante fraqueza no seu combate. As advertências oriundas do meio social exprimem, portanto, a realidade. Não há que as condenar, antes recebê-las como contribuição à mudança.

Também a consciência popular não aceita que se ameace com a "volta da pobreza", se determinadas políticas forem mudadas. O mais indiferente cidadão sabe que a pobreza não acabou, nem acabará com facilidade, ou a breve prazo. Fenômeno social e econômico de tamanha gravidade requer alteração na estrutura da sociedade, para que mude a perspectiva de miséria, no mundo. Essa mudança na estrutura social dependerá de políticas públicas firmes e coordenadas, que em verdade não estão em curso, entre nós. Diversamente, as tendências neoliberais têm enfraquecido o mecanismo do Estado e fortalecido o poder econômico privado.

A insistência em modificar a legislação do trabalho, para superpor a livre negociação ao valor das normas legais, é sinal expressivo de fraqueza diante do capitalismo. Não é amparo ao trabalhador, mas a escravização dele ao empregador, em face das desigualdades correntes. Nem reflete outro espírito o processo de desestruturação da Justiça do Trabalho. Em vez de promover-se a reforma necessária, desarticula-se o mecanismo, que bem ajustado garante a prática da justiça social e reduz os conflitos de classe. Não se há, pois, de falar vitoriosamente em "reforma do Estado". No mundo de hoje, não há verdadeira reforma do Estado sem ampliar-se o sistema de defesa do homem, como ser social, diante de todas as máquinas de estrangulamento da personalidade. Esse conteúdo é que forma o Estado de bem-estar, assegurado, a todos, das condições decentes de vida. Fora daí, o anúncio é fantasia.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA BAHIA

NO MUNDO DE
HOJE, NÃO HÁ
VERDADEIRA
REFORMA DO
ESTADO SEM
AMPLIAR-SE O
SISTEMA DE
DEFESA DO
HOMEM